

AVALIAÇÃO DO IMPACTO DA KAILASH TRAIL RUN SOBRE A TRILHA PRINCIPAL DE ACESSO AO CUME DO ALTO DO CAPIM AMARELO

Equipe técnica:

Endy Bahia Arthur¹ – Engenheira Agrônoma

Felipe Guerra Pimentel² - Turismólogo

José Augusto Nunes³ – Guia local

Passa Quatro – Minas Gerais

Maio de 2015

¹ endybahia@gmail.com

² felipepimentel80@gmail.com

³ gutoserrafina@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo realizar uma avaliação do impacto gerado pela Kailash Trail Run – KTR na trilha de acesso ao cume do Alto Capim Amarelo. A KTR trata-se de uma corrida de montanha organizada pela marca de equipamentos esportivos Kailash, cujo percurso é marcado em toda sua extensão, ou seja, não requer navegação. A KTR 2015 foi a segunda edição desta corrida realizada no município de Passa Quatro/MG, e contou com a participação de mais de 500 atletas. A corrida ofereceu três diferentes percursos (8, 16 e 26 km) utilizando trilhas dentro da propriedade do Refúgio Serra Fina, trechos de estrada vicinal do bairro Quilombo e a trilha que dá acesso ao Capim Amarelo. Dentre os percursos oferecidos pela KTR, apenas o de 8km não utilizou a trilha de acesso ao Alto Capim Amarelo, sendo que os atletas dos percursos de 16 e 26km, que totalizaram mais de 400 participantes, utilizaram a trilha em questão.

Este estudo não se trata de uma pesquisa científica, mas sim de um levantamento de dados técnicos visando apoiar a regulamentação de corridas de montanha na Serra da Mantiqueira, e promover a sustentabilidade e mitigação dos impactos ambientais gerados pela atividade.

Segundo matéria recente da Revista Trail Running, o crescimento do circuito de corridas de montanha no Brasil é de 40% ao ano, porcentagem esta que é prevista até o ano de 2016. Pela natureza do esporte, que busca trilhas em ambientes naturais, as empresas que organizam as corridas dão preferência para áreas protegidas e seus entornos. Por se tratar de um esporte ainda novo no Brasil, os órgãos ambientais ainda não dispõem de informações específicas sobre os possíveis impactos da atividade, nem tampouco foram desenvolvidos critérios e exigências para a emissão de autorizações.

A Serra Fina compreende uma cadeia montanhosa inserida no espigão central da Serra da Mantiqueira. Abrange os municípios de Passa Quatro, Itanhandu e Itamonte em Minas Gerais, Resende no Rio de Janeiro e Queluz, Lavrinhas e Cruzeiro no Estado de São Paulo. Devido às suas características peculiares de relevo e clima, a vegetação local se destaca por sua adaptação e especialização, apresentando inúmeras espécies endêmicas. A serra da Mantiqueira, por sua alta biodiversidade, endemismo e por abrigar espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção, é considerada área extremamente prioritária para a conservação pelo Ministério do Meio Ambiente, pela portaria 126 de 27 de maio de 2004. Além disso a Mata Atlântica está especialmente protegida pela Lei 11.428/2006, que estabelece um regime jurídico especial para este bioma, reconhecido internacionalmente como um dos 34 hotspots mundiais para a conservação. Dentre estes, a Mata Atlântica, dada sua megabiodiversidade e alto grau de ameaça, está entre os cinco mais importantes para políticas de conservação, no mundo. A região da Serra da Mantiqueira é protegida por uma unidade de conservação chamada Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira, criada e gerida pela União. Também integram o Mosaico da Mantiqueira inúmeras outras áreas protegidas de diferentes graus de proteção, como parques nacionais e estaduais, florestas nacionais, monumentos naturais e Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

A travessia da Serra Fina consiste em um percurso extremamente técnico e com elevado grau de dificuldade. No ano de 2000 a Pedra da Mina, ponto culminante da Serra Fina, foi medida pelo geógrafo Lorenzo Giuliano Bagini, colocando o pico em quarto lugar no ranking de altitude com seus 2797m. A partir de então, despertou o interesse de montanhistas pela região gerando um aumento no fluxo de visitantes. Estando a Serra Fina inserida em uma unidade de conservação de uso sustentável sem um Plano de Manejo instituído, não existe controle e fiscalização da visitação. Desta forma, o uso público da área vem sendo explorado de forma desordenada, e a cada nova temporada são identificadas novas áreas de acampamento, abertura de trilhas não oficiais, novos pontos de banheiro e lixo abandonado.

2. METODOLOGIA

O presente estudo teve sua metodologia baseada no Manual de Monitoramento e Gestão dos Impactos da Visitação em Unidades de Conservação, publicada pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, sendo a metodologia adotada e sugerida pelo ICMBio. Essa publicação tem como base a metodologia VIM (Visitors Impact Management) desenvolvida pelo Serviço de Parques Nacionais Norte – Americano e Associação para a Conservação dos EUA (U.S Parks Service e Conservation Association).

O levantamento de dados em campo foi realizado em duas etapas, sendo a primeira um dia antes do evento (24/04/2015) e a segunda um dia após este (26/04/2015). Foram marcados pontos com GPS de navegação a cada 200m ao longo da trilha, nos quais foram coletados dados amostrais referentes à largura da trilha com o auxílio de uma trena. Este indicador não terá eficiência no monitoramento contínuo da área uma vez que não foram utilizadas estacas para a marcação exata do ponto amostral, porém servirá como base de cálculo para a definição da largura média da trilha. Nos intervalos entre os pontos amostrais, foram coletados por senso, dados dos demais indicadores avaliados, sendo estes: trilhas não oficiais, raízes expostas, problemas de drenagem, danos aos recursos naturais e ocorrência de lixo. Ocorrências de impactos significativos, tais como trilhas recém-abertas, novas áreas de acampamento, erosões profundas e/ ou extensas e trechos longos de danos à vegetação, foram registrados de forma detalhada, com medições precisas e em alguns casos foram marcados Pontos Especiais georreferenciados. O monitoramento foi registrado por meio de anotações, georreferenciamento por GPS de navegação, fotos e vídeos.

3. MAPAS DA ÁREA

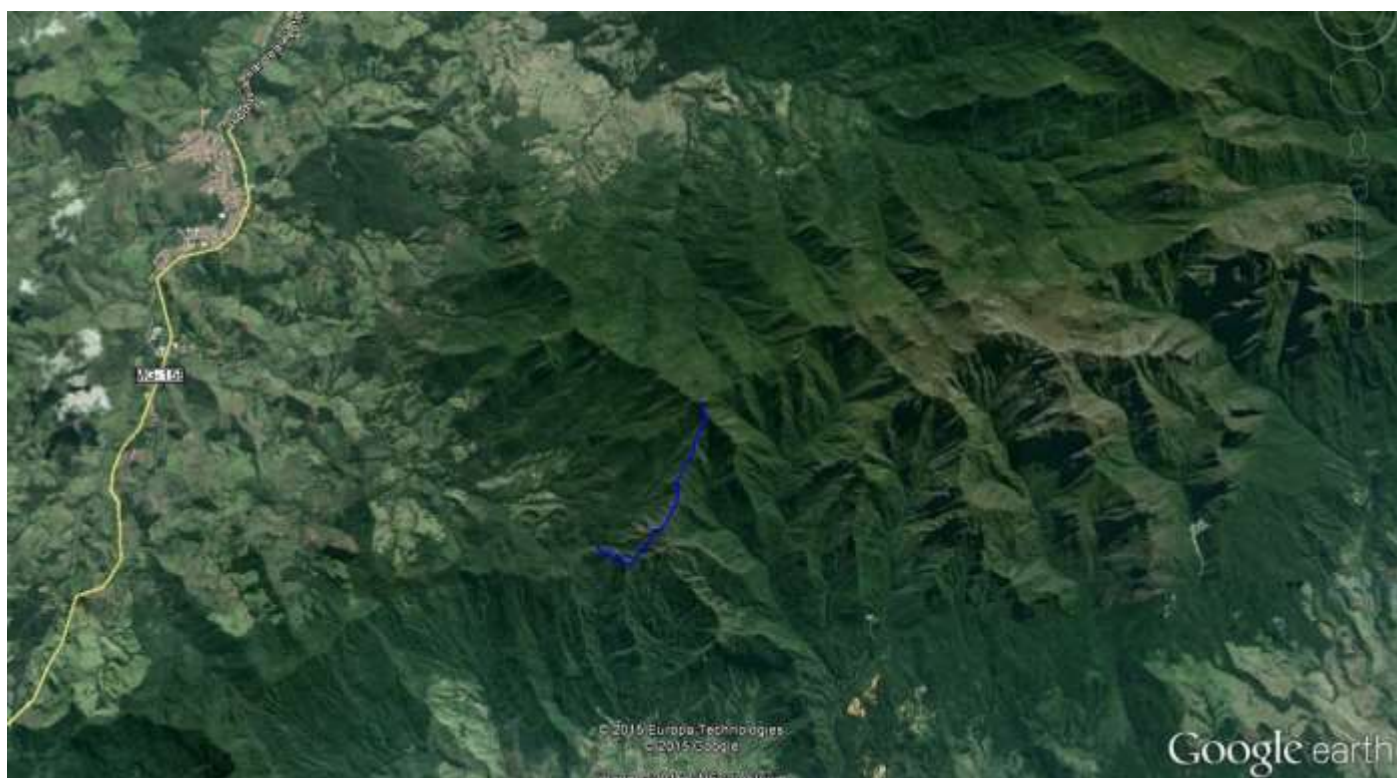


Figura 1 - Imagem de satélite retirada do programa Google Earth. Mostra a rodovia MG154 e a cidade de Passa Quatro, no canto esquerdo superior. No centro da imagem destaca-se em azul o trecho da corrida monitorado e relatado no presente documento.

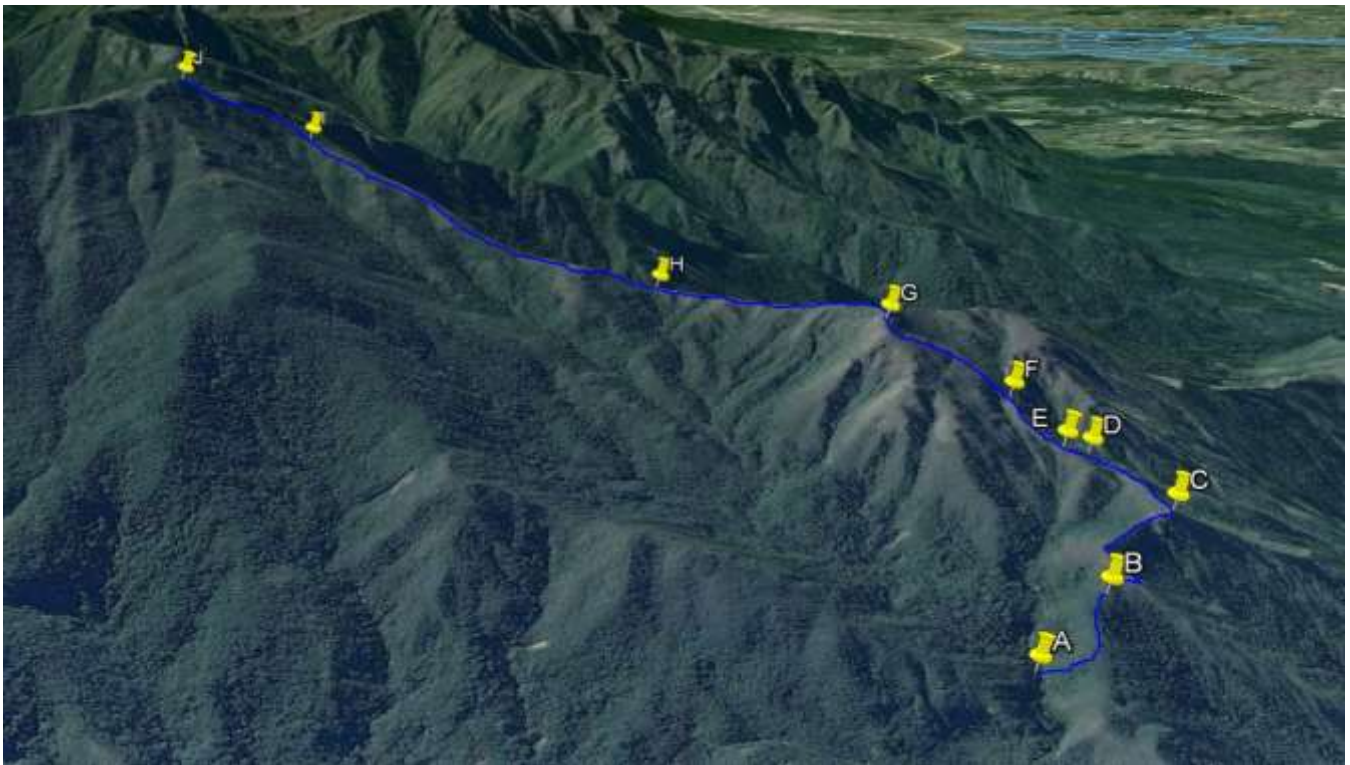


Figura 2 - Imagem de satélite extraída do programa gratuito Google Earth, apresentando o trecho da corrida monitorado. Pontuado de A a J para orientar o estudo. A trajetória foi obtida em campo por meio de GPS Garmin de navegação.



Figura 3 - Imagem extraída do website oficial do evento, mostra os percursos completos da corrida.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Impactos anteriores ao evento

Em função da visita já estabelecida na trilha de acesso ao Alto Capim Amarelo, foram identificados ao longo da trilha no monitoramento prévio, problemas de drenagem com pontos de erosão atingindo profundidades de até 0,60 cm, danos à vegetação como exposição de raízes, pisoteio da vegetação resultando no estabelecimento de novas vias de acesso, abertura de novas áreas de acampamento, indícios de fogueira e presença de lixo, conforme figuras 4, 5, 6 e 7.



Figura 4 - Bitucas de cigarro no cume do Quartzito, entre os pontos G e H da figura 2.



Figura 5 - Indício de fogueira próximo ao cume do Quartzito, entre os pontos G e H da figura 2.



Figura 6 - Nova área de acampamento, totalizando 72m², com capacidade para 12 barracas, entre os pontos H e I da figura 2. Destaque para o capim navalha, cortado para forrar o chão.



Figura 7 - Exposição de raízes entre os pontos A e B da figura 2.

4.2 Impactos posteriores ao evento

a) Impactos sobre a vegetação

A vegetação da área em estudo é formada por fragmentos de Floresta Ombrófila Densa Alto-Montana, intercalados por trechos de Campos de Altitude e Campos Rupestres. Os principais danos ocasionados nos trechos de mata estão relacionados ao solo, porém pôde-se registrar aumento da exposição de raízes e quebra de galhos.



Figura 8 - Tronco quebrado na borda da trilha a aproximadamente 2.380m de altitude, em localidade entre os pontos I e J da figura 2.

Os trechos de campos nativos, por serem formados por vegetações de menor porte, são mais frágeis e, portanto, mais susceptíveis aos danos causados por pisoteio. Das 23 novas vias abertas durante a corrida, 18 estão localizadas nesta vegetação, que compreendem o trecho do ponto B ao I da figura 02. Cabe destacar a ocorrência da *Persea pumila*, espécie arbustiva de pequeno porte, recém descrita e endêmica dos campos quartzíticos da base do Capim Amarelo (MEIRELES, 2015). Sua ocorrência é restrita a determinada faixa altitudinal que compreende o trecho entre os pontos F e G da figura 02. Alguns exemplares desta espécie estão alocados ao longo da trilha, o que ocasionou o pisoteio de alguns indivíduos, conforme a figura a seguir.



Figura 9 - *Persea pumila* pisoteada na borda da trilha.

De forma geral a pressão exercida por um número excessivo de usuários em um curto intervalo de tempo foi evidente, resultando em um alargamento da trilha em diversos pontos nas áreas de campo nativo. O comportamento dos atletas de realizar ultrapassagens fora da trilha resultou no estabelecimento de atalhos e no pisoteio da vegetação de borda, inclusive de espécies endêmicas. A figura 14 demonstra uma área de 12,76 m² de gramínea pisoteada durante o evento na borda da trilha oficial, nos campos de nifelina-sienito. A foto mostra um ponto específico da trilha, mas pudemos inferir que outros trechos sofreram impacto da mesma natureza, que acumulados, resultam em danos significativos em todo o trajeto monitorado.



Figura 10 - Orquidaceae pisoteada na borda da trilha.



Figura 11 - Trecho de gramínea do gênero Cortadeira danificado pelo pisoteio excessivo.



Figura 12 - Trilha não oficial aberta durante a corrida em trecho de gramínea do gênero Cortadeira, entre os pontos H e I da figura 02.



Figura 13 - Nova trilha aberta durante a prova na subida do quartzito, trecho entre os pontos F e G da figura 02.



Figura 14 - Área de 12,76m² de vegetação pisoteada fora da trilha, entre os pontos H e I da figura 02.

b) Impactos no solo

Em relação aos impactos ocasionados no solo, é importante destacar que nos dias que antecederam a corrida houve precipitação na área, consequentemente o solo estava úmido na ocasião, favorecendo o carreamento de partículas e culminando em pequenos deslizamentos de terra em alguns trechos. Ressalta-se que, uma vez que o trecho monitorado foi percorrido pelos participantes no sentido da descida, este foi um fator de agravamento dos impactos ocorridos no leito da trilha, pois desta forma a velocidade foi maior facilitando o transporte de partículas de solo.

A região da Serra Fina, de forma geral, é caracterizada pela presença de solos jovens, que se alternam de acordo com o relevo e altitude. Neossolos litólicos, cambissolos e organossolos são os solos de ocorrência nesta área. Estes são solos rasos e pouco estruturados, o que os tornam sensíveis ao pisoteio. Segundo Meireles, a declividade acentuada da área potencializa a fragilidade desses solos ao pisoteio, provocando deslocamentos de solos localmente.

O desenho equivocado da trilha, em especial nos trechos mais íngremes onde as curvas de nível não são respeitadas, é um fator de agravamento do impacto ocasionado pela visitação. Devido à falta de um sistema de drenagem, o escoamento da água é direcionado à trilha, facilitando o estabelecimento de processos erosivos. Verificou-se que em alguns trechos, a velocidade dos atletas somado à umidade do solo ocasionou carreamento excessivo de partículas, gerando um maior aprofundamento da trilha, aumentando a exposição de raízes e favorecendo a aceleração de processos erosivos.

A porção superior do Capim Amarelo, correspondente ao trecho entre os pontos I e J da figura 02, onde ocorreram os principais impactos negativos no solo, é caracterizada pela presença de Neossolo Litólico Húmico, ou seja, são solos formados por uma fina camada de matéria orgânica sobre a rocha. Sua vegetação é caracterizada por florestas de neblina, que auxiliam na manutenção da umidade do solo, e o relevo do local é classificado como fortemente ondulado. O uso intensivo deste trecho durante a corrida, ocasionou pequenos deslizamentos do solo, expondo a rocha em alguns pontos (figura 15) e gerando acúmulos de matéria orgânica ao final de cada declive (figura 16). A alteração promovida na trilha, além de gerar prejuízos ambientais, aumentou o grau de dificuldade e exposição desta, aumentando o risco de acidentes e prejudicando a experiência de outros visitantes.



Figura 15 – Ponto no trecho superior da trilha onde pode-se verificar perda de solo que culminou na exposição da rocha.



Figura 17 – Ponto na porção superior da trilha onde pode-se verificar o deslizamento de solo com acúmulo de matéria orgânica ao final de declive. Ressalta-se como o deslizamento aumentou o grau de dificuldade da trilha.



Figura 16 - Acúmulo de solo resultante de deslizamento na porção superior da trilha. Entre os pontos I e J da figura 02 houveram outros registros semelhantes.



Figura 18 - Trecho na porção superior da trilha onde a pressão do pisoteio aumentou o grau de dificuldade e exposição da trilha.

Verificou-se que trechos de relevo plano ou levemente ondulado, em especial no trecho de rocha quartzítica (trechos entre os pontos C e D, e G e H, da figura 02), não houveram danos significativos relacionados ao solo, como pode-se observar na figura abaixo.



Figura 19 - Trecho sem impacto significativo em solo de rocha quartzítica

No início da subida (trecho situado entre os pontos B e C da figura 02), há ocorrência de erosão já estabelecida anteriormente ao evento. Neste trecho os principais impactos foram relacionados com a abertura de novas vias de acesso, que estão associados à fuga da trilha principal que apresenta um nível de dificuldade superior em função da erosão e a redução do percurso, facilitando as ultrapassagens. Um exemplo desta situação pode ser verificada na figura abaixo.



Figura 20 - Trilha oficial à direita e à esquerda via aberta durante a corrida, com a finalidade de diminuir o percurso e/ou evitar a via oficial que encontra-se erodida.

c) Resíduos sólidos

A questão dos resíduos sólidos é um problema já existente na área. Tanto a organização da prova quanto a equipe responsável pelo monitoramento realizaram coleta de lixo ao longo da trilha antes e depois do evento. Apesar dos atletas terem sido orientados quanto às possíveis penalizações aos que não armazenassem corretamente seus resíduos, e ainda tendo a organização feito limpeza da trilha ao término da prova, foram coletados embalagens de repositores energéticos, pedaços pequenos de embalagens, lixo orgânico, fitas de marcação de percurso, balas, pilhas e bastões de caminhada. Apesar da quantidade de resíduos recolhida não ser significativa, verifica-se que há necessidade de uma conscientização mais eficiente dos participantes em relação à importância ecológica da área e condutas de mínimo impacto.



Figura 21 - Lixo recolhido após a corrida.

O gráfico a seguir se refere à comparação entre os dados coletados no monitoramento anterior e posterior à corrida. Todos os indicadores avaliados aumentaram após a corrida, evidenciando o impacto ambiental do evento monitorado.

A quantidade de resíduos sólidos identificada ao longo da trilha no monitoramento realizado anteriormente à corrida foi pequena em virtude da limpeza realizada pela equipe da KTR. Porém, verifica-se que houve uma maior ocorrência dos resíduos no monitoramento pós prova, em relação ao monitoramento anterior, mesmo tendo a equipe realizado limpeza da trilha após o evento. Pode-se afirmar que a limpeza realizada pela equipe da KTR anteriormente ao evento influenciou o resultado da análise quantitativa dos resíduos sólidos.

Os danos à vegetação causados anteriormente ao evento são em especial referentes à abertura de novas áreas de acampamento, porém verificou-se inúmeros trechos de raízes expostas também no primeiro monitoramento. Entende-se que a exposição das raízes nos trechos de floresta é uma consequência do uso público associado ao tipo de solo, que em geral é jovem, raso e frágil, ao relevo acidentado e a falta de um sistema de drenagem que evite o escoamento das águas pluviais para as trilhas. Porém, observou-se um aumento na ocorrência deste indicador ao longo da trilha após a realização da corrida. Este agravamento ocorreu em função da quantidade e velocidade dos participantes do evento. Se compararmos a pisada dos usuários que pernoitam na montanha com a pisada dos corredores, pode-se verificar que os primeiros, apesar de carregarem peso, possuem uma pisada firme e cadenciada que auxilia na compactação do solo. Já os corredores, mesmo sem carregar peso significativo mas por estarem em velocidade, favorecem a movimentação de partículas de solo. No caso da KTR, o número elevado de participantes associado à umidade do terreno intensificou este processo de perda de solo, aumentando o número de raízes expostas.

As informações relacionadas aos problemas de drenagem se referem aos impactos ocasionados pela falta de um sistema de drenagem ao longo da trilha. Este indicador é o que demonstrou menor aumento após a corrida, uma vez que a trilha não apresenta nenhum sistema de drenagem implantado e já possuía focos de erosão. O aumento deste indicador está relacionado ao carreamento excessivo de solo que foi concentrado em pequenos trechos da trilha.

Novas vias de acesso são frequentemente abertas com a finalidade de evitar a via tradicional, que em diversos pontos encontra-se aprofundada pela instalação de processos erosivos, dificultando o tráfego nesta. No monitoramento realizado anteriormente à corrida foram identificadas 34 trilhas não oficiais, que também estão associadas à abertura de pequenos atalhos. No monitoramento pós corrida foram quantificadas 57 vias não oficiais, ou seja, houve um aumento de 23 vias em um dia, as quais estão unicamente associadas ao evento.

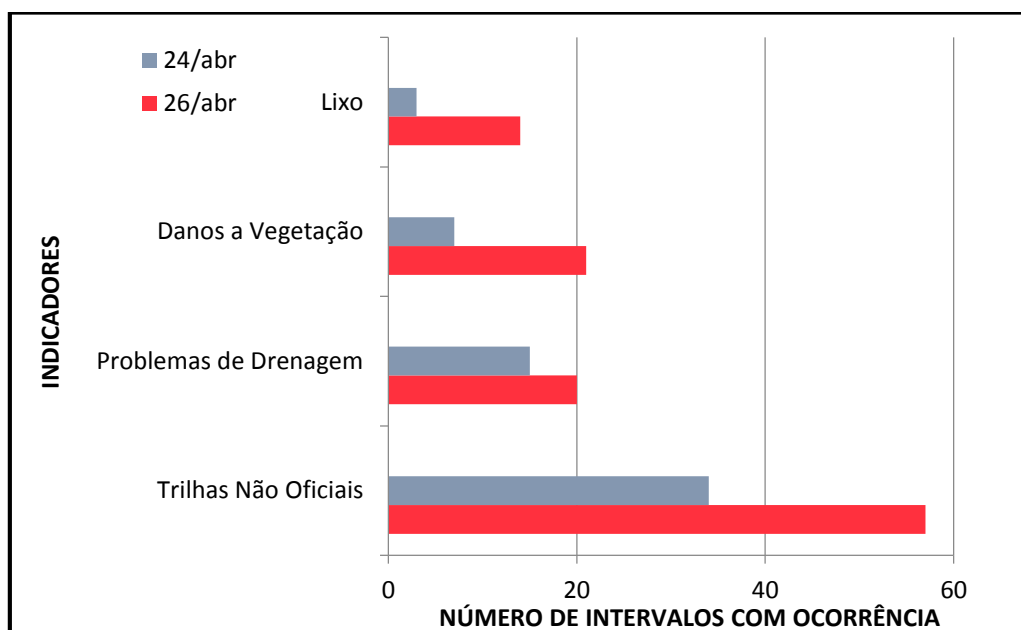


Figura 22 - Gráfico demonstrando um comparativo entre os dados coletados anteriormente e posteriormente ao evento.

5. CONCLUSÃO

Não resta dúvida de que a corrida causou impactos negativos ao ambiente de montanha, incluindo abertura de novas trilhas de acesso, perda de solo e destruição de vegetação nativa. Tais danos acarretarão no médio e longo prazos o favorecimento de processos erosivos, fragmentação e perda de habitat e assoreamento de cursos hídricos. Os danos às trilhas, historicamente utilizadas por montanhistas, prejudicarão a experiência dos demais visitantes uma vez que alguns trechos foram significativamente danificados, dificultando o acesso e aumentando o risco de acidentes.

Na Serra Fina as condições climáticas e geológicas permitiram o desenvolvimento de processos ecológicos que não apresentam correspondência com nenhum outro local da Terra. O processo de ocupação humana em todo o Bioma da Mata Atlântica reduziu a cobertura vegetal nativa a meros 10% da cobertura original, se considerarmos os ecossistemas marinho-costeiros. Com altitudes superiores a 2 mil metros do nível do mar, e apresentando fortes desníveis em suas encostas escarpadas, a Serra Fina abriga espécies endêmicas e possivelmente muitas delas que sequer foram catalogadas. Portanto, a região da Serra Fina é considerada extremamente prioritária para a conservação, dada sua megabiodiversidade associada à ameaça e fragilidade por ser ambiente de montanha com escarpas elevadas, com encostas íngremes e com solos jovens e rasos.

Reconhecemos a importância de incentivar a prática de esportes ao ar livre, inclusive as corridas de montanha, que vêm proporcionando um estreitamento da relação dos praticantes desta atividade física com a natureza. Porém, consideramos que especificamente a Serra Fina, não possui resistência nem resiliência para comportar eventos deste perfil. Ressalta-se que os danos causados pela KTR são significativos e ocorreram em Área de Preservação Permanente, os quais serão agravados pelas intempéries climáticas e pela continuidade do uso das trilhas.

Neste sentido, visando apoiar a regulamentação ambiental das corridas de montanha na Serra da Mantiqueira, elaboramos algumas recomendações para os setores envolvidos: proprietários de terras, órgãos ambientais e prefeituras, e empresas organizadoras.

6. RECOMENDAÇÕES

6.1 Proprietários de terras

Os proprietários devem estar cientes de que serão co-responsabilizados por danos ambientais decorrentes da realização de eventos dessa natureza. Parte desses danos só serão sentidos no médio e longo prazos, após a realização do evento. Assim, o proprietário acaba absorvendo os impactos que muitas vezes, por falha dos organizadores e por se tratar de um esporte ainda novo no Brasil, não foram previstos. A erosão com perda de solo, assoreamento de cursos d'água e nascentes, perda e fragmentação de habitat, além de danos causados nas trilhas, utilizadas por outros visitantes e até mesmo pelo proprietário, podem ensejar perdas materiais e financeiras, além de ambientais. Assim, recomendamos que os proprietários sejam parte ativa nos processos de solicitação de autorização direta junto às autoridades ambientais responsáveis. Como garantia, todas as negociações com a empresa devem ser formalizadas por escrito, com prazos e responsabilidades claros. Caso não esteja de acordo com os critérios técnicos estabelecidos pelos organizadores de eventos, recomendamos que seja negada a passagem dos atletas dentro de suas propriedades.

Os principais danos ambientais ocorrem no leito das trilhas utilizadas pelos atletas, mas não se restringem a eles. Danos desta natureza podem ser mitigados através da adoção de critérios técnicos para a manutenção das trilhas existentes e para a abertura de novos traçados que minimizem impactos no curto, médio e longo prazos de uso das trilhas.

6.2 Empresas organizadoras de corridas em trilha

Eventos esportivos dessa natureza devem ter como parte da sua missão a preservação dos ambientes utilizados para tal fim. A ética ambiental e social dos organizadores é muito importante para que o evento não cause malefícios aos ecossistemas e comunidades envolvidos. É necessário que haja um amplo conhecimento técnico do terreno a ser utilizado pela prova.

Previamente à realização do evento é imprescindível verificar se a área desejada para a realização da corrida está protegida por uma Unidade de Conservação. Deve-se evitar traçados por áreas de preservação permanente (Lei nº 12.651 de 2012) e unidades de conservação de proteção integral. Sempre solicitar autorização direta ao órgão ambiental responsável por cada uma das Áreas Protegidas por onde se pretende realizar a prova. Com base na Lei 9.985/2000., os órgãos ambientais poderão impedir a sua realização caso não tenham sido consultados.

A definição da data para a corrida também deve levar em consideração alguns critérios. A Serra Fina, especificamente, tem alta concentração de visitantes em poucos meses do ano (Abril à Agosto) o que torna este período pouco propício para a atividade. Em toda a Serra da Mantiqueira, os altos índices pluviométricos da estação mais chuvosa do ano, satura o solo, e principalmente nos trechos de litossolo húmico, ocasiona o deslocamento da camada superficial e acelera a erosão, especialmente por decorrência do pisoteio excessivo e mal distribuído. Neste sentido, sugere-se que a definição da data destes eventos leve em conta estes critérios.

Uma ponderação fundamental para a escolha da localidade para corridas em ambientes naturais é a sua fragilidade e biodiversidade. Florestas Ombrófilas Densas Alto-Montanas, Campos de Altitude e Campos Rupestres são ecossistemas extremamente raros, frágeis e possuem espécies endêmicas. A Serra da Mantiqueira é considerada de prioridade máxima na preservação do bioma Mata Atlântica e qualquer ação antrópica deve ser planejada e implementada com cuidados e compensações rigorosas, especialmente quando se trata de um evento organizado por uma instituição ou empresa.

Entendemos que a definição da quantidade de vagas para as corridas de montanha em trilhas, em especial em áreas de grande importância ecológica, deve ser baseada em critérios técnicos, ou seja, a partir de estudos de capacidade de carga, que levem em conta o tipo de solo, relevo, desenho da trilha, entre outros, para determinar a quantidade de usuários que podem transitar em determinado trecho sem causar impactos significativos.

Verifica-se que existe uma intenção por parte organizadores de eventos em educar e orientar seus participantes, no que diz respeito à redução dos impactos durante a corrida. Porém, observa-se que é necessária a adoção de métodos fiscalizatórios rigorosos que exijam condutas adequadas dos atletas durante as corridas. A exemplo da KTR que pioneiramente na região implementou penalizações aos atletas que não armazenassem seus resíduos, e ainda

os instruiu durante o briefing a não realizarem ultrapassagens fora da trilha, verificou-se que as orientações não foram absorvidas e implementadas pelos participantes. Desta forma, considerando que as condutas adotadas pelos atletas durante a corrida são fundamentais para a mitigação dos impactos gerados na trilha, sugere-se que sejam melhor planejadas as ações de conscientização ambiental dos participantes.

6.3 Órgão ambientais - ICMBio, OEMAS e prefeituras

Para os órgãos ambientais e prefeituras responsáveis por unidades de conservação, sugerimos que não sejam permitidas as corridas de montanha sem estudo de viabilidade ambiental acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica dos técnicos responsáveis, plano de mitigação e compensação ambiental. Também é fundamental que conste um plano de monitoramento antes e depois da corrida, com indicadores previamente estabelecidos. A ausência de regulamentação da atividade não exime os órgãos ambientais de seu papel de gestores dessas áreas. Recomendamos que sejam estabelecidos protocolos claros para a obtenção de autorizações para a realização de eventos dessa natureza, não apenas na Serra Fina, mas em todo o Mosaico de Áreas Protegidas da Mantiqueira, de forma a evitar a insegurança jurídica e ao mesmo tempo proteger o patrimônio natural.

No caso específico da Serra Fina recomendamos que sejam suspendidas as autorizações até que sejam estabelecidas estratégias de regulamentação do uso público da área, cujas regras e protocolos deverão constar no Plano de Manejo da APASM. Nossa experiência na área como montanhistas mostra uma tendência de crescimento do número de visitantes percorrendo diferentes trilhas na região da Serra Fina. Se essa tendência se mantiver, os danos ambientais à região decorrentes do turismo desordenado se agravarão.

7. REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

MEIRELES, L. D.; Serra Fina e Capim Amarelo – Serra da Mantiqueira, Brasil; UNICAMP; Campinas, SP; 2015;

LOBO, A. C. et all; Manual de Monitoramento e Gestão de Impactos da Visitação em Unidades de Conservação; Fundação Florestal, Secretaria de Meio Ambiente, Governo do Estado de São Paulo, São Paulo, SP;

Revista Trail Running, 4ª edição, outubro de 2014;

Brasil. Lei Federal 9.985 de 2000. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Último acesso em 24/05/2015;

Brasil. Lei Federal nº 12.651 de 2012. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12651compilado.htm. Último acesso em 24/05/2015;

Brasil. MMA. Portaria 126 de 2004. http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/port126.pdf. Último acesso em 24/5/2015;

Brasil. Lei Federal 11.428 de 2006. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11428.htm. Último Acesso em 24/05/2015.